

Inflação, câmaras setoriais e o caminho

Aloizio Mercadante

O acordo firmado pela indústria automotiva, governo e metalúrgicos pode representar uma ruptura na conjuntura recessiva e inflacionária do país. Podemos estar um caminho novo de combate à inflação de forma democrática, negociada e anti-recessiva. Pela primeira vez, as câmaras setoriais com participação dos sindicatos são utilizadas como foram concebidas. Desde quando propus e conquistamos este instrumento através do Congresso, por ocasião das negociações do Plano Collor 2, nos defrontamos com uma grande resistência por parte da antiga equipe econômica do governo. As câmaras foram esvaziadas, ou reduzidas a um balcão de reclamações por reajustes de preços pelo empresariado.

Desta vez não. A iniciativa de Vicentinho e das diretorias dos sindicatos metalúrgicos do ABC, de exigir uma discussão aprofundada sobre a crise da indústria automobilística e de propor um novo patamar de negociação entre trabalhadores, governo e toda a cadeia produtiva, abriu novos horizontes para a sociedade. O acordo resultou de um processo de negociação muito difícil. Além dos grandes interesses que envolveu, encontramos grandes dificuldades de convencer o montador em correr riscos e rever privilégios e padrões de comportamento desgastados ao longo desta crise econômica. Mas é um acordo que pode permitir a alavancagem das vendas e da produção de um setor que tem o maior nível de relações inter-industrial, que produz 11% do PIB e emprega diretamente 650.000 trabalhadores. Seu efeito multiplicador pode ser muito importante para a reativação da economia.

As montadoras preparavam mais um reajuste de preços para a primeira semana de abril e 10.000 demissões. Agora temos uma redução de 22% nos preços, estabilidade no emprego e garantia de salário real por três meses. A perspectiva de moralização dos consórcios até 2 de abril, que representam um terço das vendas no setor. A reabertura com regras claras, excluindo as empresas irresponsáveis, pode contribuir para estabilizar a retomada das vendas. As empresas também firmaram o com

promisso de iniciarem uma negociação do contrato coletivo de trabalho e apresentarem até junho um plano de investimentos no Brasil. Isto deve ser apenas o início de uma reestruturação de um setor estratégico da indústria que envelheceu tecnologicamente.

O Brasil está estagnado no nível de um milhão de veículos ao ano desde 1980. O México, que produzia 400 mil veículos por ano em 1987, já está produzindo um milhão. A Coréia, que produzia 200 mil veículos em 1980, já atingiu 1,4 milhão. Nós representamos pouco no mercado mundial de veículos e estamos perdendo posição entre os países em desenvolvimento. A manutenção da política de acomodamento das empresas na crise, elevando margens de lucro por unidade, reduzindo e elitizando o consumo, cortando investimentos em processos e insistindo em um padrão autoritário de relação capital-trabalho está esgotada. Este acordo rompe com esta lógica, constrói uma agenda para o futuro e pode iniciar um programa de reestruturação e modernização do complexo automotivo.

No entanto, o filósofo grego Zenão de Eléia já salientava que, se um viajante fizer metade do caminho por dia, jamais chegará ao seu destino, porque sempre estará faltando a outra metade. A reversão da política econômica recessiva e a estabilidade econômica duradoura exigem que as câmaras setoriais sejam acionadas nos outros setores estratégicos da indústria. Temos que aproveitar este momento de entrada da safra agrícola, preços reduzidos do petróleo e queda nas taxas de juros internacionais para derrubar a inflação, retomando o crescimento econômico. As câmaras são um instrumento de coordenação de expectativas e de articulação entre política de rendas política industrial. Um instrumento necessário, mas insuficiente para reverter a política econômica ortodoxa e recessiva. O governo precisa abandonar o discurso fácil do neoliberalismo, da antecipação da abertura econômica e construir a competitividade, discutindo democraticamente com a sociedade um projeto nacional de desenvolvimento. Nesse sentido, é fundamental proteger os setores populares mais frágeis na crise, iniciando imediatamente a negociação da política de salário mínimo em base ao projeto da cesta básica, que apresentamos há um ano e ainda não foi implementado.

O passo que demos com este acordo setorial é muito importante. Quem sabe andamos metade do caminho. Mas se o governo não vier decisivamente de encontro com as aspirações da sociedade de estabilizar, retomando o crescimento, poderemos andar um pouco mais, sem jamais romper o paradigma de Zenão. Mas independente das atitudes futuras do governo, a sociedade brasileira amanheceu melhor. A ousadia do gesto de Vicentinho elevou os trabalhadores para além da condição de assalariados. Tenho certeza que as amarras ideológicas e a repetição das idéias antigas construíram mais uma forma de resistência a este novo caminho. Mas a sociedade não quer da oposição apenas as críticas e o protesto social. O protesto como única proposta está esgotado. O país está ansioso por alternativas, por novas formas de ação política que permitam minimizar imediatamente o imenso sacrifício social imposto ao nosso povo. A CUT se afirmou politicamente. Os trabalhadores romperam o corporativismo, sem esquecer sua condição de assalariados, e com isso se elevaram à condição de produtores, consumidores e cidadãos. Quem sabe, com esta atitude, os empresários também mudem e a democracia possa estar começando a chegar nas fábricas.

Aloizio Mercadante, 37, economista e deputado federal pelo PT.